



CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº 08230.004701/2025-82
Pregão Eletrônico nº 90006/2025 – SR/PF/AL

Recorrida: WNS Serviços e Locações Ltda., CNPJ nº 11.486.088/0001-10
Recorrente: Assert Serviços em gestão de recursos humanos LTDA., CNPJ nº 05.665.521/0001-81
Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública – Polícia Federal
Superintendência Regional em Alagoas – PF/AL

I – SÍNTESE

A Recorrente afirma — com vigor, porém sem técnica — que a proposta da WNS é inexecutável porque, segundo sua interpretação, as férias não teriam sofrido incidência de INSS e FGTS na planilha.

É curioso notar que a Recorrente sequer analisou a demonstração de exequibilidade apresentada pela WNS, onde justamente estão todos os encargos já contemplados, inclusive aqueles que ela diz — equivocadamente — que faltam.

Dito de forma objetiva:

A Recorrente está questionando encargos que já constam nos cálculos demonstrados.

II – DA COMPLETA AUSÊNCIA DE FALHA NA PLANILHA — E DA COMPLETA AUSÊNCIA DE LEITURA DO RECURSO

A WNS apresentou cálculo completo de exequibilidade, solicitado pela própria Administração, demonstrando exatamente onde estão inseridos:

- Férias
- 1/3 constitucional
- INSS
- FGTS
- Demais encargos sociais
- Conta vinculada (31,6%)

E todos estes elementos já constam na planilha, apenas classificados em módulos distintos conforme metodologia da IN nº 73/2022 — metodologia que, ao que parece, a Recorrente ainda não teve a oportunidade de conhecer.



Para facilitar o entendimento da Recorrente, reproduzimos novamente os cálculos já entregues:

Demonstração já apresentada ao órgão (e ignorada pela Recorrente):

Valor do posto: R\$ 5.329,49
Piso salarial: R\$ 2.600,50
Vale alimentação (líquido PAT): R\$ 475,20
Vale transporte: R\$ 19,97
Fardamento mensal: R\$ 44,28

Incidências demonstradas:

Salário líquido após INSS (8,12%):
R\$ 2.389,23

Conta vinculada – 31,6% (INSS + FGTS + Férias + 1/3 + 13º + Multas + encargos):
31,6% de R\$ 2.600,50 → R\$ 821,75

Exatamente aqui estão **TODAS** as verbas que a Recorrente diz que “não foram contempladas”.
Estão contempladas, sim — e detalhadas.

INSS patronal (11%):
R\$ 531,77

ISS – 5%:
R\$ 266,47

DARF – 9,45%:
R\$ 503,63

III – SOBRE O MAL-ENTENDIDO DA ASSERT: OS 31,6% JÁ ENGLOBAM FÉRIAS, 1/3, FGTS, 13º E TODAS AS INCIDÊNCIAS

A Recorrente parece acreditar que férias são calculadas isoladamente e lançadas uma por uma na planilha.

No entanto, a IN nº 73/2022 estabelece que toda verba pertencente ao trabalhador no regime de dedicação exclusiva — inclusive férias, 1/3, 13º e suas incidências — deve ser contabilizada dentro do módulo de provisões / conta vinculada, exatamente como fez a WNS.

Assim, ao afirmar que “não foi contemplado INSS e FGTS sobre férias”, a Recorrente simplesmente ignora que o percentual de 31,6% inclui integralmente essas incidências.



IV – A RECORRENTE DESCONHECE A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73/2022 (E O EDITAL)

A Recorrente sustenta que férias deveriam estar no módulo errado porque “achou mais lógico assim”.

Entretanto:

- A IN nº 73/2022
- O TCU
- E o próprio edital

estabelecem que férias entram no módulo de provisões — exatamente como fez a WNS.

O erro, portanto, não está na planilha da WNS.

O erro está no entendimento da ASSERT.

V – SOBRE A ALEGAÇÃO DE “INTENÇÃO DE AUFERIR VANTAGEM” — COMPLETAMENTE IMPROCEDENTE

A Recorrente tenta sustentar que a WNS teria manipulado valores para obter vantagem no certame.

A acusação, além de infundada, cai por terra imediatamente pelos seguintes fatos:

1) A planilha utilizada pela WNS foi exatamente a planilha oficial disponibilizada pelo próprio edital

O arquivo em Excel anexado pelo órgão ao processo licitatório foi utilizado **sem qualquer modificação estrutural ou de fórmulas**, garantindo:

- isonomia,
- transparência,
- igualdade de condições a todos os licitantes.

Assim, é tecnicamente impossível sustentar que houve “vantagem”, pois **todos os licitantes tiveram acesso à mesma planilha, com as mesmas fórmulas, nos mesmos moldes.**

2) A WNS demonstrou possuir contrato ativo na cidade de Maceió, na mesma função, com valores equivalentes

Esse fato, devidamente comprovado ao órgão, reforça:

- a experiência da empresa,



- sua capacidade técnica,
- sua plena responsabilidade na composição dos custos,
- e a absoluta exequibilidade dos valores ofertados.

A empresa pratica, no mercado real, preços equivalentes aos ofertados aqui — o que **elimina qualquer discurso de inexecuibilidade**.

VI – DA TOTAL AUSÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE

A WNS demonstrou:

- ✓ Todos os encargos legais, inclusive férias e suas incidências;
- ✓ Cálculo completo e validado;
- ✓ Total aderência à IN nº 73/2022;
- ✓ Total aderência ao edital;
- ✓ Uso da planilha oficial;
- ✓ Preços compatíveis com contratos reais já executados;
- ✓ Plena capacidade técnica.

A Recorrente, por sua vez:

- ✗ Ignorou os cálculos apresentados;
- ✗ Interpretou equivocadamente o módulo da planilha;
- ✗ Alegou ausência de encargos já demonstrados;
- ✗ Criou premissas incompatíveis com a legislação;
- ✗ Usou argumentos que sequer competem à esfera administrativa.

Uma conclusão óbvia:

Não existe inexecuibilidade.

Existe apenas erro de interpretação — da Recorrente.

VII – PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. **O NÃO PROVIMENTO integral do recurso**, dada sua completa improcedência.
2. **A manutenção da habilitação da WNS**, por inexistir qualquer irregularidade.
3. **O reconhecimento oficial de que a planilha está correta**, com todos os encargos previstos na legislação.



4. **O reconhecimento de que a WNS utilizou a planilha oficial disponibilizada pelo edital, não havendo qualquer manipulação.**
5. **O reconhecimento de que a empresa possui contratos equivalentes, demonstrando exequibilidade real.**

Termos em que,
Pede deferimento.

WNS Serviços e Locações Ltda.
CNPJ nº 11.486.088/0001-10